

## **Concurso Público Nº 42/CPIB/2025**

**Fornecimento de Energia Elétrica e Gás Natural às instalações do Instituto Politécnico de Bragança em regime de mercado livre para Portugal Continental**

### **Caderno de Encargos**

**Junho de 2025**

Campus de Santa Apolónia  
5300-253 BRAGANÇA  
Telef. 273 303249  
Fax: 273 313607  
Email: [economato@ipb.pt](mailto:economato@ipb.pt)

## Índice

Capítulo I – Disposições Gerais .....	3
Cláusula 1. <sup>a</sup> – Objeto .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> – Contrato .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Preço Base .....	3
Cláusula 4. <sup>a</sup> – Preço Contratual .....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup> – Duração do Contrato .....	4
Cláusula 6. <sup>a</sup> – Obrigações do fornecedor .....	5
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Condições de pagamento .....	7
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Revisão de Preços .....	8
Cláusula 9. <sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual .....	8
Cláusula 10. <sup>a</sup> – Uso de sinais distintivos .....	8
Cláusula 11. <sup>a</sup> – Proteção de dados pessoais e RGPD .....	8
Cláusula 12. <sup>a</sup> – Patentes, licenças e marcas registadas .....	10
Cláusula 13. <sup>a</sup> – Sanções .....	10
Cláusula 14. <sup>a</sup> – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante .....	11
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Gestor do Contrato .....	11
Cláusula 16. <sup>a</sup> Execução e liberação da caução .....	11
Cláusula 17. <sup>a</sup> Comunicações e notificações .....	12
Cláusula 18. <sup>a</sup> – Rescisão do contrato .....	12
Cláusula 19. <sup>a</sup> – Efeitos da resolução .....	12
Cláusula 20. <sup>a</sup> – Foro competente .....	12
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Contagem dos prazos .....	12
Cláusula 22. <sup>a</sup> – Legislação aplicável .....	13
Capítulo II – Cláusulas Técnicas .....	13
Cláusula 23. <sup>a</sup> – Características dos locais de consumo .....	13

## **Capítulo I – Disposições Gerais**

### **Cláusula 1.ª – Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o **fornecimento de Energia Elétrica e Gás Natural** para os diversos edifícios do Instituto Politécnico de Bragança, em regime de mercado livre para Portugal Continental, nos locais referidos na Cláusula 23ª do presente Caderno de Encargos, dividido por Lotes.
2. Sem prejuízo dos níveis de serviço e requisitos técnicos e funcionais a concretizar, desenvolver ou a complementar em virtude das particularidades das necessidades aquisitivas das entidades adquirentes, o adjudicatário obriga-se a assegurar o cumprimento dos níveis de serviço e requisitos técnicos e funcionais mínimos, de acordo com a legislação em vigor, designadamente no que diz respeito aos seguintes Regulamentos:
  - a) Regulamento de Relações Comerciais (RRC),
  - b) Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS);
  - c) Regulamento Tarifário.
3. O presente procedimento insere-se nos CPVs 009310000-5: Eletricidade, e 09123000-7:(Gás Natural), referido no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74.

### **Cláusula 2.ª – Contrato**

1. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
  - a) O suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

### **Cláusula 3.ª – Preço Base**

Considerando o histórico de consumo previsto no presente Caderno de Encargos, para efeitos do presente procedimento, nos termos do artigo 47.º do CCP, o preço máximo que a entidade

adjudicante se dispõe a pagar por todas as prestações objeto do contrato, incluindo possíveis renovações é de 1.469.400,00€ (Um milhão quatrocentos e sessenta e nove mil quatrocentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo a cada Lote:

- Lote 1 - Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão Normal: €35.000,00 (Trinta e cinco mil euros);
- Lote 2 - Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão Especial: €137.000,00 (Cento e trinta e sete mil euros);
- Lote 3 - Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão: €710.000,00 (Setecentos e dez mil euros);
- Lote 4 Fornecimento de Gás Natural: €587.400,00 (Quinhentos e oitenta e sete mil e quatrocentos euros).

#### **Cláusula 4.ª - Preço Contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar mensalmente ao fornecedor o preço resultante da aplicação do preço da energia (€/kWh) constante da proposta adjudicada, às quantidades efetivamente consumidas pela entidade adjudicante no mês respetivo.
2. Ao valor previsto no número anterior, acrescem de acordo com o Regulamento Tarifário do setor elétrico:
  - a) O preço relativo à Banda de Reserva de Restabelecimento de Frequência (mFRR);
  - b) As tarifas de acesso às redes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e faturadas pelo Operador da Rede de Distribuição (ORD);
  - c) As taxas e impostos legais aplicáveis;
  - d) IVA à taxa legal aplicável, caso este se mostre devido.
2. O preço referido no n.º 2 inclui ainda todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, designadamente com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Os valores dos consumos são estimados com base no consumo no ano de 2024, sendo a entidade adjudicante obrigada a consumir na totalidade os valores de energia indicada.

#### **Cláusula 5.ª – Duração do Contrato**

1. O contrato terá uma duração de 6 meses com início na data da sua assinatura.

2. O Contrato será renovado automaticamente por períodos de 6 meses, até ao máximo de 2 renovações, se nenhuma das partes o denunciar, mediante notificação à outra parte por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 90 dias em relação ao termo da vigência inicial ou de cada uma das renovações, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação dos contratos.

3. O contrato extingue-se atingido o seu termo ou tenha sido esgotado o preço Base do procedimento para o Lote respetivo, não concedendo ao adjudicatário o direito ao recebimento de quaisquer importâncias, nomeadamente, a título de compensação

4. Durante o período contratual antes referido, a entidade adjudicante não fica vinculada à integral execução do preço contratual da proposta adjudicada, constituindo este um limite máximo estimado para o mencionado período.

5. Sem prejuízo do estabelecido no ponto 1 da presente cláusula, o contrato a celebrar, produzirá efeitos na data em que estiverem reunidas as condições legais e regulamentares de acesso ao fornecimento de energia elétrica e de gás natural por comercializadores em regime de mercado livre, e depois de concluídos os procedimentos regulamentares para a mudança de comercializador, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

6. Compete ao Adjudicatário promover todas as diligências e suportar todos os encargos delas decorrentes que se mostrem necessárias e adequadas, para transmitir os atuais contratos de fornecimento sem que haja quebras de fornecimento de energia elétrica.

### **Cláusula 6.<sup>a</sup> – Obrigações do fornecedor**

1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecimento continuado de Eletricidade e ou Gás Natural às instalações do IPB, nomeadamente, aos pontos de consumo previstos na Cláusula 23.<sup>a</sup> do Presente Caderno de Encargos, em conformidade com as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- b) As faturas deverão ser emitidas mensalmente, e deverão fazer coincidir as quantidades faturadas com o consumo real do mês de calendário imediatamente anterior;
- c) O Adjudicatário obriga-se a assegurar o cumprimento dos níveis de serviço e requisitos técnicos e funcionais mínimos, de acordo com a legislação em vigor, designadamente no Regulamento Tarifário, no Regulamento de Relações Comerciais, no Regulamento da Qualidade de Serviço emitidos pela ERSE, Lei n.º 5/2019, de 11 de janeiro, que aprova o regime de cumprimento do dever de informação do comercializador de energia ao consumidor e demais normas aplicáveis ao sector.

- d) Assegurar a elaboração e a entrega de toda a documentação para efetuar a mudança de operador junto das entidades competentes, nos prazos indicados na cláusula anterior;
- e) Manter o valor do custo de gestão ao longo da duração do contrato;
- f) No final do contrato em vigor e se o novo comercializador não conseguir ativar os locais dentro dos prazos previstos por quaisquer motivos, deve o comercializador atual manter o valor do custo de gestão, sendo que o contrato terminará no dia em que o novo comercializador conseguir ativar os locais em sua carteira ou valor do contrato se esgotar.
- g) Relativamente aos Lotes 1, 2 e 3, deverá ser assegurada uma quota de eletricidade fornecida através de fontes de energia renováveis de, pelo menos, 25%, calculada pela soma das percentagens das categorias de fontes de energia renováveis definidas pela ERSE na Diretiva n.º 16/2018, de 13 de fevereiro, como Eólica, Hídrica, Cog. Renovável e Outras Renováveis.
- 2- O Fornecedor é ainda responsável, nomeadamente, por:
- a) Atuar de acordo com a legislação da União Europeia e Portuguesa;
- b) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças, bem como respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- c) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como a situação tributária e perante a segurança social regularizadas;
- d) Nomear um interlocutor que fará a ligação com o Gestor de Contrato nomeado pelo IPB, relativamente a todas as questões para a boa execução do Contrato, designadamente atividade do operador da rede de transporte e dos operadores das redes de distribuição com o objetivo de assegurar o cumprimento das regras constantes da legislação e da regulamentação vigentes;
- e) Possuir as apólices de responsabilidade civil profissional legalmente exigidas;
- f) Reportar, mensalmente, à entidade adjudicante os consumos por instalação, de acordo com o modelo do Anexo III do presente caderno de encargos, em conformidade com os Regulamentos das relações Comerciais e da Qualidade de Serviço;
- g) Os elementos constantes dos relatórios referidos na alínea anterior podem ser disponibilizados através de envio por correio eletrónico, suportados por informação em ficheiros com formato xls ou disponibilização online na área de cliente;
- h) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou situação comercial;
- i) – Sem prejuízo do direito que assiste à Contraente Pública de contactar diretamente os operadores de rede em questões que lhe digam diretamente respeito, o Cocontratante será responsável por responder a todos os pedidos de informação ou reclamações que lhe sejam dirigidos, conforme previsto no Regulamento da Qualidade de Serviço.

- j) – Os pedidos de informação e reclamações dirigidos pela Contraente Pública ao Cocontratante devem ser respondidos no prazo máximo de:
- a) 5 (cinco) dias úteis quando se trate de questões que lhe digam diretamente respeito, como faturação;
  - b) 15 (quinze) dias úteis quando se trate de questões cuja resposta depender do Operador da Rede de Distribuição (ORD);
- k) Caso se verifique, durante o período de vigência contratual, o encerramento, a alienação de infraestruturas e/ ou qualquer outro facto que determine a interrupção e/ ou alteração de titularidade de eletricidade de algum local de consumo objeto do presente Caderno de Encargos, o respetivo contrato cessa relativamente a esses locais, sem direito a qualquer tipo de indemnização a pagar ao Cocontratante.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup> – Condições de pagamento**

1. O fornecimento será remunerado, com base nos valores reais consumidos pelas Entidades Adjudicantes, valorizados de acordo com os preços unitários de energia ativa constantes da proposta adjudicada, acrescidos das demais parcelas legalmente reguladas.
2. O preço aplicável em cada momento terá por referência o quadro legislativo e regulamentar, bem como os perfis de consumo aprovados pela ERSE para aplicação a instalações da entidade adjudicante referidas na cláusula 23<sup>o</sup> do presente Caderno de Encargos.
3. O pagamento das faturas é efetuado no prazo máximo de **30 dias** de calendário, a contar da data da sua receção pela entidade adjudicante.
4. Em caso de discordância por parte do Instituto Politécnico de Bragança, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de Transferência Bancária.
6. As faturas, deverão ser emitidas de acordo com o previsto no art.º 299º-B do CCP, sem prejuízo dos requisitos constantes no Decreto-Lei 123/18 de 28 de dezembro, no art.º 2º do Decreto-Lei nº 14-A/2020, de 7 de abril e na alínea b) do Despacho 49/2022 – XXIII de 24 de maio.
7. As faturas eletrónicas deverão ser transacionadas através do prestador de serviços de faturação eletrónica da entidade adjudicante:

#### **IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PRESTADORA DO SERVIÇO (BROKER)**

Nome: YET

NIPC: 508851360

Morada: Edifício PRIMAVERA, Rua Dr. Egídio Guimarães, nº 74 Lameças

Cód. Postal: 4719-006 Braga



**INFORMAÇÃO PARA CONTACTO ENTIDADE PRESTADORA DO SERVIÇO (BROKER)**

Nome: YET

Telefone: 253309903

Email: [intervan@yetspace.com](mailto:intervan@yetspace.com)**Cláusula 8.ª – Revisão de Preços**

Durante a execução do contrato não haverá lugar a revisão de preços.

**Cláusula 9.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual**

O adjudicatário poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, mediante autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante e nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 10.ª – Uso de sinais distintivos**

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

**Clausula 11.ª - Proteção de dados pessoais e RGPD**

- 1.** O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
- 2.** Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelas Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das instruções desta Entidade e da legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do referido Regulamento Comunitário.
- 3.** O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela referida Entidade Adjudicante.
- 4.** O Adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto e demais legislações aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:



- a)** Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
  - b)** Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
  - c)** Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
  - d)** Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante, esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
  - e)** Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante, contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou os acessos não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
  - f)** Prestar à Entidade Adjudicante, toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter esta Entidade informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido;
  - g)** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
- 5.** Adotar medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços que tratam dados pessoais e possuir um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas.
- 6.** Prestar a assistência necessária à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que estas cumpram a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados.
- 7.** Garantir mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
- 8.** O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante, venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
- 9.** Para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 4 da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, incluindo,

designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador.

**10.** A obrigação de sigilo prevista na alínea c) do número 4 da presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

### **Clausula 12.<sup>a</sup> - Patentes, licenças e marcas registadas**

**1.** São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> – Sanções**

1. O incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais mínimos de fornecimento definidos nos termos do n.º 1 e das obrigações contratuais mínimas definidas na cláusula 6ª do presente caderno de encargos, confere o direito de aplicação de sanções pecuniárias, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2. No caso de atraso do envio dos relatórios previstos na cláusula 6ª do presente caderno de encargos, por razões imputáveis ao adjudicatário, que não resultem de motivos devidamente fundamentados e sujeitos a apreciação da Entidade Adjudicante, será aplicada uma penalidade no valor de 200,00€ por cada dia de atraso.

3. As penalidades previstas nos números anteriores são cumulativas, assumindo a natureza de cláusula penal indemnizatória, sem prejuízo do direito a indemnização pelo dano excedente, no caso de existir, e consideram-se aplicadas por comunicação - carta registada com aviso de receção - dirigida ao Adjudicatário.

4. A Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário da intenção de aplicar as penalidades previstas no caderno de encargos, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para se pronunciar sobre essa intenção.

5. Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia do Adjudicatário, a Entidade Adjudicante decide sobre a aplicação de penalidades.

6. A decisão de aplicação de penalidades é notificada ao Adjudicatário, acompanhada dos respetivos fundamentos.

7. As penalidades são aplicadas até ao limite de 20% do preço contratual.

8. Quando as penalidades aplicadas ao Adjudicatário excederem o limite previsto no número anterior, pode a Entidade Adjudicante considerar o contrato como definitivamente incumprido, designadamente para efeitos de resolução.

**Cláusula 14.<sup>a</sup> – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante**

Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos e para os efeitos do artigo 318.ºA do CCP.

**Cláusula 15.<sup>a</sup> – Gestor do Contrato**

- 1 – A entidade adjudicante procederá à designação de um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.
- 2 – Cabe ao gestor do contrato exercer as competências que expressamente decorram da lei, bem como as que lhe sejam atribuídas pela entidade adjudicante, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário.
- 3 – No desempenho das suas funções o Gestor do Contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.
- 4 – Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
- 5 – O adjudicatário obriga-se a cooperar com o Gestor do Contrato, designado pela entidade adjudicante, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.

**Cláusula 16.<sup>a</sup> Execução e liberação da caução**

- 1 – A caução prestada pelo adjudicatário para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento das obrigações emergentes da sua celebração, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pela entidade adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
- 2 – A resolução do contrato pela entidade adjudicante não impede a execução da caução.
- 3 – A execução parcial ou total da caução prestada pelo cocontratante constitui o fornecedor na obrigação de proceder à reposição do respetivo valor, no prazo de 15 dias, após a notificação da entidade adjudicante para esse efeito.

4 – A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 17.ª – Rescisão do contrato**

O incumprimento, pelo Adjudicatário, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à Entidade Adjudicante, o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

#### **Cláusula 18.ª – Efeitos da resolução**

Em caso de resolução do contrato pela Entidade Adjudicante por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de indemnização, fixada a título de cláusula penal em 20% do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de reclamação de prejuízos para além desse valor, se para tanto existir fundamento.

#### **Cláusula 19.ª – Foro competente**

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do círculo de Bragança, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 20.ª – Contagem dos prazos**

1. Salvo disposição em contrário, todos os prazos contados em dias, que constam no presente caderno de encargos, são referidos a dias de calendário, contando-se, consequentemente, os sábados, domingos e feriados.
2. Quando a contagem do prazo determinar que o seu termo ocorre a um sábado, domingo ou feriado, o ato a praticar terá como limite o primeiro dia útil que se lhes seguir.

#### **Clausula 21.ª Comunicações e notificações**

- 1 – Sem prejuízo de poderem ser aprovadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domínio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### Cláusula 22.<sup>a</sup> – Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislações específicas aplicáveis.

## Capítulo II – Cláusulas Técnicas

### Cláusula 23.<sup>a</sup> – Características dos locais de consumo

As instalações abrangidas pelos contratos a celebrar, respetivamente, são as infra identificadas

#### Lote 1, 2 e 3 - Eletricidade:

Lote	CUI/CPE	TENSÃO	Potência Contratada	Horário	Ciclo	Estimativa de consumo anual (Kwh)
1	PT0002000021775384VE	BTN	6,9	Simplex	Sem ciclo	3000
1	PT0002000021804589EV	BTN	20,7	Simplex	Sem ciclo	20 707
1	PT0002000021804591EL	BTN	3,45	Simplex	Sem ciclo	368
1	PT0002000021834424PK	BTN	20,7	Simplex	Sem ciclo	15 495
1	PT0002000021840926SZ	BTN	20,7	Simplex	Sem ciclo	16 935
1	PT0002000068289883CB	BTN	20,7	Simplex	Sem ciclo	42 000
1	PT0002000069381695HJ	BTN	10,35	Simplex	Sem ciclo	5 445
1	PT0002000082689505PT	BTN	34,5	Tri-horário	Ciclo diário	13 304
2	PT0002000105069362FY	BTE	79	Tetra-Horário	Ciclo diário	105 106
2	PT0002000112018273ML	BTE	55,58	Tetra-Horário	Ciclo diário	146 718
2	PT0002000112590758XB	BTE	41,41	Tetra-Horário	Ciclo diário	20 434
2	PT0002000117315136MM	BTE	41,41	Tetra-Horário	Ciclo diário	78 528
2	PT0002000117694842TG	BTE	41,41	Tetra-Horário	Ciclo diário	31 253
2	PT0002000126557793AC	BTE	41,41	Tetra-Horário	Ciclo diário	26 942
3	PT0002000070173978BS	MT	115,36	Tetra-Horário	Ciclo semanal	368 559
3	PT0002000070173989NA	MT	288,96	Tetra-Horário	Ciclo semanal	780 913
3	PT0002000070173991NM	MT	213,88	Tetra-Horário	Ciclo semanal	792 718
3	PT0002000078435534HV	MT	113	Tetra-Horário	Ciclo semanal	188 918
3	PT0002000119998663RF	MT	292,95	Tetra-Horário	Ciclo semanal	369 300

**Lote 4 - Gás Natural:**

CUI / INSTALAÇÃO	ESCALÃO CON-SUMO	OPÇÃO TARIFÁRIA	Estimativa de consumo anual kWh <sup>3)</sup>	
			Fora do Vazio	Vazio
PT1701000000107865BM	10.000 a 100.000	Mensal, 10 000 -100 000 M3/Ano	101385	50692
PT17010000001014108ZW	10.000 a 100.000	Mensal, 10 000 -100 000 M3/Ano	299081	149540
PT17020000003103469BX	1.000 a 10.000	Escalaço 4	31756	15878
PT17020000003109673MG	1.000 a 10.000	Escalaço 4	76715	38358
PT17020000003111782GC	>100.000	Longas utilizações (10.000- 700 000 M3/Ano	731200	365600
PT17020000003111929BY	>100.000	Longas utilizações (10.000- 700 000 M3/Ano	795067	397534
PT17020000003117878QK	10.000 a 100.000	Mensal, 10 000 -100 000 M3/Ano	112554	56277
PT17020000003119258FK	10.000 a 100.000	Mensal, 10 000 -100 000 M3/Ano	444707	222354
PT17020000003123704VM	1.000 a 10.000	Escalaço 4	30823	15411

### Anexo III - Fornecimento de Eletricidade

#### Especificações para a realização de relatórios de suporte à gestão de contratos

Relatório Mensal	
Dados do contrato	Ref. <sup>a</sup> do contrato
	Data de início
	Data de término
Referência das faturas	N.º
	Data
	Validade
	Valor
Dados da instalação	CPE
	Nível de Tensão
	Ciclo Contratado
Informação de potência	Potência contratada , em kW
	Potência requisitada, em kVA
	Potência instalada, kVA
	Potência tomada, kW
	Potência Máxima kVA
	Fator de potência
	Diagrama de carga mensal- Informação diária e mensal
Informação de energia	Consumos em kWh, de energia ativa, em cada um dos períodos do ciclo-horário
	Potência tomada em ponta, em kW
	Consumos de energia reativa nos diversos escalões, em kVArh
	Fornecimento de energia reativa em vazio, em kVArh
	Diagrama de consumos
Informação financeira	Valor Total Energia Ativa (€)
	Valor Total das Taxas, Tarifas e Impostos (€) S/ IVA
	Valor Total da Fatura (€)
Evolução do contrato	Apresentação dos valores acumulados do contrato - Energia e Custos
	Apresentação dos gráficos correspondentes à evolução dos totais, consumidos em cada mês - Energia e Custos



### Anexo III - Lote 4- Gás Natural

#### Especificações para a realização de relatórios de suporte à gestão de contratos

Relatório Entidade Adjudicante	
Dados contratuais	
Dados do contrato	Ref.ª do contrato
	Data de início
	Data de término
Referência das faturas	N.º
	Data
	Validade
	Valor
Dados da instalação	CUI
	Escalão de consumo
	Ciclo Contratado
Informação de energia	Consumos em kWh, de energia ativa, em cada um dos períodos do ciclo-horário
	Diagrama de consumos
Informação financeira	Valor Total Energia Ativa (€)
	Valor Total das Taxas, Tarifas e Impostos (€) S/ IVA
	Valor Total da Fatura (€)
Evolução do contrato	Apresentação dos valores acumulados do contrato - Energia e Custos
	Apresentação dos gráficos correspondentes à evolução dos totais, consumidos em cada mês - Energia e Custos